

**Art. 1º** Constituir a Comissão do XI Concurso Público para Ingresso na Carreira da Magistratura do Estado do Amapá, destinada ao provimento de 14 (quatorze) cargos de Juiz(iza) de Direito Substituto(a) e à formação de cadastro de reserva, com a seguinte composição:

**§ 1º** Integram a Comissão do Concurso como membros titulares:

I – Desembargador **ROMMEL ARAÚJO DE OLIVEIRA**, na qualidade de Presidente da Comissão;

II – Advogada **TAYNÁ SUANY CARDOSO VIDEIRA, OAB-AP 3996**, representante da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Amapá;

III – Servidor **ANTÔNIO FELIPE SILVA SANTOS**, na qualidade de Secretário da Comissão.

**§ 2º** Integram a Comissão do Concurso como membros suplentes:

I – Desembargador **MÁRIO EUZÉBIO MAZUREK**;

II – Advogado **BRUNO CAETANO ARAÚJO LAMARÃO, OAB-AP 2499**, representante da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Amapá;

III – Servidora **HELÍVIA COSTA GÓES**, na qualidade de Secretária da Comissão.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Plenário Desembargador Constantino Augusto Tork Brahuna, em Macapá/AP, 05 de novembro de 2025.

Desembargador **JAYME HENRIQUE FERREIRA**

Presidente/TJAP

## **RESOLUÇÃO Nº 1760-2025-TJAP**

Regulamenta o XI Concurso Público para Ingresso na Carreira da Magistratura do Estado do Amapá e dá outras providências.

O Desembargador **JAYME HENRIQUE FERREIRA**, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá, no uso das prerrogativas que lhe são conferidas por lei, em especial o contido no artigo 26, inciso XLI, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá (Resolução nº 006/2003-TJAP, com alterações posteriores);

**CONSIDERANDO** o disposto no art. 93, I, da Constituição Federal, que determina que o ingresso na carreira da magistratura se dê mediante concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as fases;

**CONSIDERANDO** o art. 96, I, c, da Constituição Federal, que atribui aos Tribunais a competência privativa para prover, na forma prevista em lei, os cargos de juiz substituto e demais juízes de carreira;

**CONSIDERANDO** o art. 478 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá, que estabelece que o concurso para provimento do cargo de Juiz de Direito Substituto será realizado na forma de regulamento sujeito à prévia aprovação do Tribunal Pleno;

**CONSIDERANDO** o disposto na Resolução CNJ nº 75, de 12 de maio de 2009, que regulamenta os concursos públicos para ingresso na carreira da magistratura em todo o território nacional, bem como suas alterações posteriores;

**CONSIDERANDO** as Resoluções CNJ nº 531, de 14 de fevereiro de 2023, e nº 539, de 9 de maio de 2023, que atualizaram as regras e diretrizes do concurso da magistratura e instituíram o Exame Nacional da Magistratura – ENAM;

**CONSIDERANDO** a necessidade de dotar o Tribunal de Justiça do Estado do Amapá de instrumento normativo próprio, que fixe as diretrizes gerais e assegure uniformidade, transparência e segurança jurídica aos concursos públicos de ingresso na magistratura;

**CONSIDERANDO** a aprovação pelo Egrégio Tribunal Pleno Administrativo desta Corte, por ocasião de sua 965ª (Novecentésima Sexagésima Quinta) Sessão Ordinária, realizada em 05 de novembro de 2025, ao apreciar o Processo SEI nº 0010612-78.2025.8.03.0901;

**RESOLVE:**

### **CAPÍTULO I**

#### **DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**